


AL

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

 AL

Balanço e Demonstração de resultados

AP
AR

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Balanço Individual a 31 de dezembro de :

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		Períodos	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	15 168 080,33	15 289 538,90
Investimentos financeiros	17.1	19 957,16	14 355,73
		15 188 037,49	15 303 894,63
Creditos a receber	17.3	94 873,59	73 238,59
Estado e outros entes públicos	17.10	33 599,48	9 465,13
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Memb	17.2	0,00	1 039,67
Outros ativos correntes	17.4	641 652,23	926 064,55
Diferimentos	17.5	30 874,38	26 327,75
Caixa e depósitos bancários	17.7	119 280,64	172 989,67
		920 280,32	1 209 125,36
Total do ACTIVO		16 108 317,81	16 513 019,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E EPASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.8	575 579,75	575 579,75
Resultados transitados		(1 585 086,36)	9 339 877,43
Excedentes de revalorização		11 185 393,08	
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais		2 020 456,79	2 115 257,44
Resultado líquido do período		84 199,28	255 994,47
Total dos Fundos Patrimoniais		12 280 542,54	12 286 709,09
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	2 048 752,08	2 423 996,44
		2 048 752,08	2 423 996,44
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	265 648,97	131 577,37
Estado e outros entes públicos	17.10	79 423,37	79 381,41
Financiamentos obtidos	8	487 254,17	397 871,90
Outros passivos correntes	17.11	444 750,56	416 050,08
Diferimentos	17.5	501 946,12	777 433,70
		1 779 023,19	1 802 314,46
Total do Passivo		3 827 775,27	4 226 310,90
Total do dos Fundos Patrimoniais e Passivo e do Passivo		16 108 317,81	16 513 019,99

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

Demonstração dos resultados por naturezas no período findo em 31 de dezembro de:

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (1)	
			Períodos	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados	+	10	874 544,41	872 938,30
Subsídios doações e legados à exploração	+	12	2 971 133,41	2 923 790,41
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9	(131 670,96)	(110 746,34)
Fornecimentos e serviços externos	-	17.13	(664 556,68)	(625 271,64)
Gastos com pessoal	-	15	(2 622 566,42)	(2 384 277,86)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	17.3 e 17.4	(15 300,02)	(15 090,57)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	11	(3,50)	
Outros rendimentos	+	17.14	178 368,84	181 153,08
Outros gastos	-	17.15	(100 712,62)	(116 274,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		489 236,46	726 221,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		(349 859,39)	(369 042,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		139 377,07	357 178,13
Juros e gastos similares suportados	-	17.16	(55 177,79)	(101 183,66)
Resultado antes de impostos	=		84 199,28	255 994,47
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
Resultado líquido do período	=		84 199,28	255 994,47

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

AC
R

**Anexos e Notas
às demonstrações financeiras
a 31 de dezembro**



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em:

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	882 295,84	802 921,03
Pagamentos a fornecedores	-	(595 499,82)	(771 162,96)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 744 231,20)	(1 610 366,64)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1 457 435,18)	(1 578 608,57)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	1 805 070,23	1 860 582,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	347 635,05	281 974,38
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(181 816,73)	
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-	(181 816,73)	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	100 000,00	1 355 000,00
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	120 472,96	
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(384 822,42)	(1 430 867,06)
Juros e gastos similares	-	(55 177,79)	(101 183,66)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	+/-	(219 527,25)	(177 050,72)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	+/-	(53 708,93)	104 923,66
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	172 989,57	68 066,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	119 280,64	172 989,67

(1) - O Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018							Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018	1	575 579,75	9 339 877,43	2 115 257,44	255 994,47	12 286 709,09	12 286 709,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(10 924 963,79)	11 185 393,08	(94 800,65)	(255 994,47)	(90 365,83)	(90 365,83)
	2	(10 924 963,79)	11 185 393,08	(94 800,65)	(255 994,47)	(90 365,83)	(90 365,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				84 199,28	84 199,28	84 199,28
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(171 795,19)	(6 166,55)	(6 166,55)
Outras operações	5						
POSIÇÃO NO FIM DE 2018	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 585 086,36)	11 185 393,08	2 020 456,79	12 280 542,54	12 280 542,54

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017						
	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2017	1	575 579,75	9 183 228,60	2 140 483,39	68 784,58	11 968 076,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Excedentes de revalorização						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		156 648,83		(25 225,95)	(68 784,58)	62 638,30
	2	156 648,83		(25 225,95)	(68 784,58)	62 638,30
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				255 994,47	255 994,47
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				187 209,89	318 632,77
Outras operações	5					
POSIÇÃO NO FIM DE 2017	6=1+2+3+5	575 579,75	9 339 877,43	2 115 257,44	255 994,47	12 286 709,09

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

AR



2018 | Relatório & contas

Índice

- 1 Identificação da Entidade
- 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
- 3 Principais Políticas Contabilísticas
- 3.1 Bases de Apresentação
- 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração
- 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:
- 5 Ativos Fixos Tangíveis
- 6 Ativos Intangíveis
- 7 Locações
- 8 Custos de Empréstimos Obtidos
- 9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- 10 Rédito
- 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
- 12 Subsídios, doações e legados à exploração
- 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio
- 14 Imposto sobre o Rendimento
- 15 Gastos com o pessoal
- 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- 17 Outras Informações
- 17.1 Investimentos Financeiros
- 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
- 17.3 Créditos a receber
- 17.4 Outros activos correntes
- 17.5 Diferimentos
- 17.6 Outros Ativos Financeiros
- 17.7 Caixa e Depósitos Bancários
- 17.8 Fundos Patrimoniais
- 17.9 Fornecedores
- 17.10 Estado e Outros Entes Públicos
- 17.11 Outros passivos correntes
- 17.12 Outros Passivos Financeiros
- 17.13 Fornecimentos e serviços externos
- 17.14 Outros rendimentos
- 17.15 Outros gastos
- 17.16 Juros e gastos similares suportados
- 17.17 Acontecimentos após data de Balanço



1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL”, instituição sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública a 30 de outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República nº.299 de 23 de dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projetos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas

demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

AP
AR

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

3.2.8 Rédito

O rédito é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.9 Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.10. Benefícios dos empregados

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos.

São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários.

3.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.12. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável.

Handwritten initials: AP, AR, R

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2018								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 144 441,62	677 514,34	111 040,68	140 091,58	2 720,00	25 359,84	18 924,34	18 545 113,43
Aquisições				2 716,38			1 500,00	11 156,35	213 028,09	228 400,82
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações										0,00
Saldo final		3 425 021,03	14 144 441,62	680 230,72	111 040,68	140 091,58	4 220,00	36 516,19	231 952,43	18 773 514,25
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial			2 331 365,15	645 287,02	111 040,68	140 826,84	2 720,00	24 334,84		3 255 574,53
Depreciações do exercício			341 616,22	7 205,09			375,00	663,08		349 859,39
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final			2 672 981,37	652 492,11	111 040,68	140 826,84	3 095,00	24 997,92		3 605 433,92
Activo Líquido (1) - Euro	0,00	3 425 021,03	11 471 460,25	27 738,61	0,00	-735,26	1 125,00	11 518,27	231 952,43	15 168 080,33

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2017								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial		3 425 021,04	14 438 418,98	1 138 049,84	308 079,36	295 366,78		49 651,23		19 654 587,23
Aquisições									18 924,34	18 924,34
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações		-0,01	-293 977,36	-460 535,50	-197 038,68	-155 275,20		-21 571,39		-1 128 398,14
Saldo final		3 425 021,03	14 144 441,62	677 514,34	111 040,68	140 091,58	0,00	28 079,84	18 924,34	18 545 113,43
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial			2 285 427,99	1 079 672,71	308 079,36	295 205,08		48 564,20		4 016 949,34
Depreciações do exercício			341 668,74	25 846,92		196,92		600,00		368 312,58
Alienações										0,00
Outras variações			-295 731,58	-460 232,61	-197 038,68	-154 575,16		-22 109,36		-1 129 687,39
Alienações										0,00
Saldo final			2 331 365,15	645 287,02	111 040,68	140 826,84	0,00	27 054,84		3 255 574,53
Activo Líquido (1) - Euro	0,00	3 425 021,03	11 813 076,47	32 227,32	0,00	-735,26	0,00	1 025,00	18 924,34	15 289 538,90

AP
AC

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2018			
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		15 987,34			15 987,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Depreciações do exercício					0,00
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		15 987,34			15 987,34
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2017			
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial		15 257,00			15 257,00
Aquisições		730,34			730,34
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		15 987,34			15 987,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial		15 257,00			15 257,00
Depreciações do exercício		730,34			730,34
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		15 987,34			15 987,34
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) - Euro

Handwritten initials and marks in the top right corner.

7 Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso a locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2018 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o ano de 2019 ascende a 487254,17 euros, conforme quadro seguinte:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

	Empréstimos bancários obtidos			
	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimo Novo Banco nº 077027116	200 821,80 €	806 474,68 €	60 551,22 €	1 146 193,92 €
Empréstimo Montepio Geral nº 00361002249	62 989,20 €	225 135,34 €	202 815,80 €	147 613,21 €
Empréstimo BPI nº 5447868830001	123 443,17 €	1 017 142,06 €	134 504,00 €	1 130 189,31 €
Empréstimo BPI nº 5447868830003	100 000,00 €			
Totais	487 254,17 €	2 048 752,08 €	397 871,02 €	2 423 996,44 €

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

CMVMC	2018	2017
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	131 670,96	110 746,34
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Custo do exercício	131 670,96	110 746,34

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	2018	2017
Vendas	854 879,41	853 039,30
Quotas e Jóias	19 665,00	19 899,00
TOTAL	874 544,41	872 938,30

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

A provisão na rubrica “Processos judiciais em curso”, constituída em 2014, teve origem num processo judicial, movido por um prestador de serviços, com dois pedidos indemnizatórios no valor de global de 60.000 euros, os quais foram julgados improcedentes. Neste contexto, a provisão que se encontrava constituída com elevado critério de prudência, no valor de 32.250 euros, foi revertida em 2016 para resultados do período.

Passivos contingentes

Nos passivos contingentes salienta-se o valor de 70.400 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Refira-se que a APCL, sendo uma IPSS, está isenta do pagamento deste imposto. Assim, foi exercido junto da AT o direito de audição que aguarda despacho. É convicção da Direção que esta situação terá um desfecho favorável à APCL. No entanto, por razões de prudência, foi reconhecido no balanço na rubrica de outras contas a pagar o valor de 84.395,01 euros.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de Outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado, sendo que não foi possível averiguar o seu paradeiro.

12 Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios doações e legados à exploração	2018	2017
Subsídios à exploração	2 850 660,45	2 830 005,78
ISS,IP - Centro Distrital	2 496 398,43	2 460 087,16
IEFP	286 826,08	300 910,46
Autarquias	47 699,40	50 401,28
INR	19 736,54	8 775,68
PCAND		1 831,20
Outros	0,00	0,00
Doações e Heranças	120 472,96	93 784,63
Total	2 971 133,41	2 923 790,41

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2017 e 31/12/2018, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.



14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

15 Gastos com Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 190. (2017 em 185).
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações do pessoal	2 088 661,74	1 931 399,74
Compensação rescisão contrato de trabalho	28 990,15	2 420,37
Encargos com remunerações	438 699,30	406 709,35
Seguros de acidentes de trabalho	51 959,05	32 021,06
Outros gastos com pessoal	14 256,18	11 727,34
Total	2 622 566,42	2 384 277,86

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2018	2017
Fundo de reestruturação Sector Solidário	5 630,66	5 630,06
Fundo Compensação trabalho	14 327,10	8 725,67
Total	19 957,76	14 355,73

O montante 19 957,76 euros refere-se a retenções efetuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Fundadores Bene.Patroc. Doadores/Associados/Membros	2018	2017
ACTIVO		
ISS, IP - Pares	0,00	1039,67
PASSIVO		
Instituidores	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Creditos a receber	2018	2017
Utentes valor Bruto	126 582,13	104 947,13
Utentes perdas por imparidade	-31 708,54	-31 708,54
Utentes - Valor liquido	94 873,59	73 238,59

17.4 Outras ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2018			2017		
	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido
Pessoal	0,00	0,00	0,00	727,05	0,00	727,05
Devedores p/ acrescimo de rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associados / Quotas	186 497,48	153 447,27	33 050,21	171 139,14	137 846,97	33 292,17
IEFP POPH			0,00	856 468,82	0,00	856 468,82
Projectos/subsidios	585 571,14	0,00	585 571,14			
Outros devedores	9 891,21		9 891,21	22 402,74	0,00	22 402,74
Fornecedores c/c	13 139,67	0,00	13 139,67	21 295,61	8 121,84	13 173,77
Utentes - Vaçor liquido	795 099,50	153 447,27	641 652,23	1 072 033,36	145 968,81	926 064,55

Foi reforçado o valor das perdas por imparidades relativamente a quotas a receber referentes ao ano de 2018 no montante 15300,02 euros. No ano de 2017 tinham sido reforçadas as perdas por imparidades relativas a Outros créditos a Receber no montante de 15090,57 euros.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2018	2017
ACTIVO		
Gastos a reconhecer	30 874,38	26 327,75
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer	501 946,12	777 433,70

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários	2018	2017
Caixa	3296,18	3231,67
Depositos à ordem	111333,78	165107,32
Depositos a prazo	4 650,68	4 650,68
Total	119 280,64	172 989,67



17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2018 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais. NA contabilidade de 2018 foram segregados os saldos correspondentes aos “Resultados transitados” e “Excedentes de revalorização” este último valor já reconhecido em exercícios anteriores a 2017. Esta segregação originou os ajustamentos refletidos no quadro

Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	9 339 877,43	255 994,47		-11 180 958,26	-1 585 086,36
Excedentes de revalorização			11 185 393,08		11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2 115 257,44			94 800,65	2 020 456,79
Resultado líquido do período	255 994,47	-255 994,47	84 199,28		84 199,28
Totais	12 286 709,09	0,00	11 269 592,36	-11 086 157,61	12 280 542,54

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é em 2018:

Fornecedores	2018	2017
Fornecedores c/c	199 405,81	131 577,37
Fornecedores de investimentos	66 243,16	
Total	265 648,97	131 577,37

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Publicos	2018	2017
ACTIVO		
Imposto s/ Rendimentos - retenções	103,67	62,83
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)		3 102,42
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	33 432,98	6 299,88
Outros impostos e taxas	62,83	0,00
TOTAL	33 599,48	9 465,13
PASSIVO		
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	16 169,88	13 010,62
Imposto Valor Acrescentado (IVA)		0,00
Segurança Social	60 503,95	64 970,39
Outros impostos e taxas	2 749,54	1 400,40
TOTAL	79 423,37	79 381,41

Handwritten signature and initials

17.11 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	2018	2017
Pessoal	3 379,75	1 210,97
Clientes c/c saldo credor	7 409,49	0,00
Credores por acréscimos	152 775,65	95 388,57
Estimativa de férias e subsídio de férias	263 165,24	293 540,60
Fundo socorro social	0,00	4 434,82
Outros devedores e credores	18 020,43	21 475,12
Total	444 750,56	416 050,08

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Serviços especializados	353 501,97	310 804,24
Materiais	23 170,22	47 444,37
Energia e fluidos	156 629,40	161 729,94
Deslocações, estadas e transportes	6 704,28	4 428,81
Serviços diversos	124 550,81	100 864,28
Total	664 556,68	625 271,64

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos	2018	2017
Rendimentos suplementares	58 016,12	44 974,68
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos	10 925,91	33 030,40
Outros rendimentos	109 426,81	103 148,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Total	178 368,84	181 153,08

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2018	2017
Impostos	698,92	3 630,77
Perdas em inventários	79,50	
Gastos c/ apoios concedidos a associados e utentes	98 862,25	108 253,29
Outros gastos e perdas	1 071,95	4 390,20
Total	100 712,62	116 274,26

17.16 Juros e gastos similares suportados

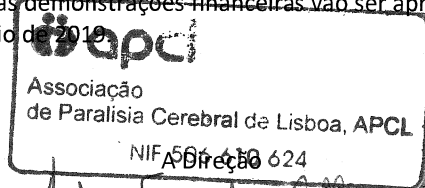
Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Juros e gastos similares suportados	2018	2017
Gastos		
Juros de financiamento	54 984,03	75 026,69
Juros de mora e compensatórios	193,76	26 156,97
Outros juros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
TOTAL	55 177,79	101 183,66

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Em janeiro de 2019 foi recebida a minuta de contrato referente à atribuição de comparticipação financeira pelo Município de Oeiras destinada a apoiar as obras de reabilitação e adaptação do Centro Nuno Belmar da Costa, no valor de 46.942,52€ (quarenta e seis mil novecentos e quarenta dois e cinquenta e dois cêntimos). Este valor corresponde a 50% do valor orçamentado para as referidas obras de reabilitação e adaptação, que se iniciaram em 2018 e têm a conclusão prevista em 2019. Este valor deverá ser recebido durante o 1º semestre de 2019.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em 6 de maio de 2019.



André Fernandes Galvão
 António Manuel Barros

O Contabilista Certificado

[Handwritten Signature]
 NIF 115320172
 Membro nº 29331

